

ficando concluído que não há elementos que indiquem maior vantagem no fracionamento, em lugar da contratação conjunta. A primeira opção implicaria custos adicionais para o DNIT, inclusive para a estocagem e gerenciamento dos materiais. Além disso, os serviços envolvem reparos e substituição de peças de sistemas de defensas existentes, cujo fracionamento aumentaria os encargos para o DNIT.

65. Assim, esse ponto é dado por superado, sem maiores questionamentos.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

66. Ante todo o exame realizado nestes autos, propõe-se o seguinte encaminhamento:

I) Conhecer a presente Representação, com fulcro no art. 132, inciso I, da Resolução 191/06, para, no mérito, considerá-la procedente;

II) Determinar ao DNIT, com fulcro no art. 43 da Lei 8.443/92, que adote as seguintes medidas:

a) levando em consideração os fatos tratados neste processo, especialmente as evidências de sobrepreço das defensas metálicas nas tabelas do Sicro, apure e inclua nesse sistema os preços reais de mercado para o fornecimento dos referidos materiais, buscando maior diversidade de informações, realizando pesquisa e coleta de preços efetivamente praticados pelos fornecedores, contemplando políticas de descontos em função de condições de pagamento e de fornecimento, entre outras providências pertinentes (item 42 desta instrução), bem como informe ao Tribunal os procedimentos adotados e seus resultados no prazo de 60 dias;

b) não dê andamento a nenhum novo processo de contratação de serviços que envolvam defensas metálicas e não prorrogue nem faça aditivos a contratos já existentes no tocante a esse item enquanto os resultados das medidas indicadas na letra "a" acima não forem avaliados pelo Tribunal;

III) Declarar, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/92, a inidoneidade das empresas abaixo relacionadas para ficarem impedidas de participar de licitações da Administração Pública Federal pelo prazo de cinco anos, em razão da prática de conluio e fraude à licitação no Edital 159/2009 do DNIT, consistente na apresentação de planilhas de preços unitários e totais idênticas em conteúdo e forma para o lote 6 dos serviços licitados, infração essa tipificada no art. 90 da Lei 8.666/93, bem como correspondente a crime contra a ordem econômica tipificado na Lei 8.137/90, art. 4º, inciso II, alínea "a" e na Lei 8.884/94, art. 21, inciso I (item 61 desta instrução).

Empresas constituintes do Consórcio 5A:

Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda - CNPJ 25.898.180/0001-00 (empresa líder do consórcio);

Sinape Sinalização Viária Ltda - CNPJ 34.023.887/0001-55;

Planex Engenharia Ltda - CNPJ 33.049.560/0001-90;

Meng Engenharia Comércio e Indústria Ltda - CNPJ 49.670.524/0001-89;

CAP Construtora LTDA - CNPJ 65.229.601/0001-16;

Empresas constituintes do Consórcio Bravias:

Empresa líder: Sinalizadora Rodoviária Ltda - CNPJ 87.942.454/0001-60 (empresa líder do consórcio);

Pró Sinalização Viária Ltda - CNPJ 44.218.154/0001-20;

Signasul Engenharia de Sinalização Ltda - CNPJ 87.060.364/0001-45;

Faixa sinalização Viária Ltda - CNPJ 74.315.607/0001-05;

Sitran Comércio e Indústria de Eletrônica Ltda - CNPJ 02.004.950/0001-10;

Serget Comércio Construções e Serviços de Trânsito Ltda - CNPJ 02.363.619/0001-96;

Continua Indústria Comércio e Serviços de Sinalização Ltda - CNPJ

01.967.727/0001-05.

IV) Alertar ao DNIT que, nos presentes autos, foi verificada a existência de duas propostas idênticas apresentadas por licitantes distintos para o lote 6 do Edital 159/2009, ocorrência essa que não foi percebida pela Comissão de Licitação e que evidencia conluio entre licitantes bem como demandaria a sua desclassificação do certame, em razão dos vícios tipificados no art. 90 da Lei 8.666/93 e em outros normativos pertinentes;

V) Encaminhar cópia da decisão que vier a ser adotada ao MPOG, para registro no SicaF quanto ao item III acima, e ao Ministério Público Federal no Distrito Federal, na pessoa do membro autor da Representação tratada nestes autos;

VI) Autorizar o arquivamento dos presentes autos na 1ª Secex para subsidiar o monitoramento das determinações proferidas."

O douto representante do Ministério Público, Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado, após pedido de vista, no termos do art. 112 do Regimento Interno do TCU, apresentou o seguinte parecer, in verbis:

"O presente parecer resulta de pedido de vista por mim formulado por ocasião da Sessão Ordinária do Plenário, na data de 08 de setembro de 2010.

Ainda que à vista dos lúdicos fundamentos insertos no relatório e voto de V. Ex.a, conhecidos deste Procurador-Geral por força da divulgação eletrônica antecipada, peço vênua para oferecer comentários em contribuição ao deslinde de aspecto da matéria em tela, em relação ao qual tive distinta percepção.

Refiro-me à hipótese de conluio entre os Consórcios Bravias e 5A, confirmada, a meu ver, pelos fortes indícios relatados nos autos, pela unidade técnica.

Pelo que pude observar, aqueles consórcios apresentaram propostas idênticas quanto a todos os 21 (vinte e um) preços unitários constantes da planilha orçamentária integrante do certame, sendo que dois, desses preços, foram cotados pelo mesmo valor, apesar de provirem de cálculos distintos. Em outros termos, os cálculos de custo apresentados pelas empresas eram distintos e, portanto, não deveriam apresentar preços idênticos. Ao contrário, era de se esperar que os resultados fossem, igualmente, distintos.

Na opinião da 1ª Secex, responsável pela instrução, os consórcios em referência teriam permitido a ocorrência de algum tipo de falha na dissimulação da fraude, o que implicou o seu desvendamento por este Tribunal, como ora se relata. A proposta daquela unidade foi, em consequência, pela declaração de inidoneidade das sociedades empresárias integrantes daqueles consórcios, com a qual estou de pleno acordo.

Importante que se transcreva o trecho da Instrução em que a unidade técnica explana, em detalhes, as razões pelas quais não haveria como não concluir pela prática de conluio:

"11. Ao se consultar a ata da 2ª sessão de abertura das propostas de preços do certame (fls. 2/4, Anexo 2), com data de 21 de agosto de 2009, notou-se que, para o lote 06 da licitação, os Consórcios "Bravias" e "5A" cotaram exatamente o mesmo valor total: R\$ 10.802.735,83. Além disso, as planilhas constantes das propostas são idênticas, conforme se observa à f. 184 do Anexo 1 e f. 766 do Anexo 1 volume 3.

(...)

14.1 As planilhas de preços são compostas por colunas com a discriminação do item da obra, serviço, a unidade de medida, a quantidade prevista, o preço unitário e o preço total de cada item. Os valores relativos à discriminação, à unidade de medida e à quantidade prevista são fornecidos pelo DNIT e devem ser copiados nas planilhas propostas pelos licitantes. Já os valores relativos aos preços unitários devem ser indicados por cada licitante, assim como os valores da coluna dos

preços totais de cada item, que são o produto do preço unitário pela quantidade.

14.2 Assim os valores relativos aos preços unitários e totais de cada item, assim como a soma desses, que perfaz o valor total da obra, compõem a proposta de cada licitante, de acordo com suas possibilidades de executar os serviços pelo menor preço possível e de acordo com sua intenção de competir.

14.3 Desse modo, a possibilidade de duas propostas serem idênticas em todos os valores dos preços unitários, até a casa dos centavos, é praticamente inexistente." (grifei)

Tentando rebater os fundamentos acima transcritos, o Consórcio Bravias (fl. 5/6 do anexo 4) chega mesmo a afirmar que a semelhança entre as propostas, sua e do Consórcio 5ª, teria sido ocasionada por erro de digitação e seria resultado de mera coincidência. Acresce, outrossim, que se, de fato, tivesse havido conluio, as propostas desses dois consórcios não teriam sido iguais, mas diferentes.

As hipóteses de erro de digitação e de mera coincidência alegadas pelo Consórcio acima mencionado ficam, em minha opinião, total e amplamente descartadas, ante os fundamentos contidos no trecho de instrução acima transcrito.

Quanto à alegação de que as propostas daqueles consórcios teriam sido iguais, e não diferentes, caso houvesse a intenção de conluio, resta claro para mim que a igualdade de valores nos preços das propostas se deveu a erro por imperícia dos envolvidos na concepção da fraude e foi justamente esse erro cometido pelos consórcios que permitiu a este Tribunal revelar a ardileza dos licitantes. Não fosse assim, o conluio possivelmente não teria sido percebido pela unidade técnica ou por qualquer outro órgão de controle.

Além da igualdade de preços das propostas, revela-se outra "coincidência" em mencionadas planilhas. Ocorre que tais planilhas não são idênticas apenas quanto a todos os 21 (vinte e um) preços unitários, mas também quanto à forma com que esses preços foram redigidos. De modo a ilustrar o que ora afirmo, tomo como exemplo o fato de que ambos os consórcios preencheram suas propostas com o mesmo erro de grafia, para o mesmo item "1" de suas respectivas propostas, a saber: "211,51 (duzentos e onze reais e cinquenta e um centavos)". Observe-se que ambos grafaram, no extenso daquele valor, um espaço entre a palavra "centavos" e o parêntese de fechamento. E que não se diga tratar-se de estilo ou de mera coincidência, posto que tal impropriedade gráfica aparece apenas uma vez em cada uma das duas planilhas.

Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator, a questão é de suma relevância porquanto oferece a este Tribunal uma das poucas oportunidades de identificar e punir exemplarmente a prática de fraude por licitantes. Em regra, os conluios são praticados em detrimento dos cofres públicos, sem que sejam percebidos pelos órgãos de controle.

Em relação à prova de ocorrência do conluio, tem-se que a redação do artigo 46 da Lei nº 8.443/92 impõe como condição da declaração de inidoneidade, a comprovação da fraude, nos seguintes termos:

"Art. 46. Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal." (grifei)

Diante disso, cumpre-me recordar, visto que pertinente, o entendimento a que chegou o Supremo Tribunal Federal nos autos do RE-68006/MG, ao tratar de matéria envolvendo simulação de ato de compra e venda de imóvel. De acordo com aquela Corte, nos termos contidos no voto condutor do respectivo acórdão, "Indícios são provas se vários, convergentes e concordantes". (grifei)

Ante os fundamentos que exponho e em consonância com o entendimento do STF acerca do que possa ser considerado para fins de prova de ato simulado,

entendo plenamente atendida a condição prescrita no supra referido dispositivo legal, uma vez que, no presente caso, há vários indícios, convergentes e concordantes entre si, que não levam a outra conclusão que não seja a ocorrência de mancomunação entre os licitantes, com intuito de simular concorrência e de "lotear" licitações, na forma ora observada.

Por fim, vale ainda ressaltar dois aspectos relacionados a toda a questão, consistentes na frustração do caráter competitivo do certame e na obtenção de vantagem por parte da licitante vencedora. Tais elementos tipificam crime contra a administração pública, de acordo com o que prescreve o artigo 90 da Lei nº 8.666/93, e servem a reforçar a convicção em favor da adoção da medida que ora se defende, de declaração de inidoneidade das empresas ora envolvidas.

Dispõe aquele artigo, o seguinte: "Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa"

Examinando o teor do supracitado dispositivo legal, sou de opinião, salvo maior juízo, de que os fatos irregulares verificados nos autos subsumem às hipóteses legais ali previstas. A frustração ao caráter competitivo deflui do próprio conluio, que nada mais é do que mera simulação de concorrência, ao passo que a obtenção de vantagem por parte da licitante está no próprio fato de ela poder desfrutar dos lucros advindos do contrato lastreado em licitação por ela fraudada.

Aliás, penso ainda que, não fosse pela mancomunação de interesses entre os consórcios em tela, a verdadeira concorrência poderia ter se estabelecido entre as participantes e ter como resultado ofertas de preços mais próximas da realidade do mercado e mais distantes dos preços flagrantemente irrealistas do Sicro.

Feitos esses comentários, este Representante do Ministério Público manifesta-se, quanto a este aspecto específico da matéria, pela imposição da devida sanção às empresas integrantes dos

consórcios "Bravias" e "5A", na forma de declaração de inidoneidade, com vistas a impedir que contratem com a Administração Pública Federal, por até 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 46 da Lei nº 8.443/92."

É o Relatório

Voto do Ministro Relator

VOTO

Trata-se de Representação interposta pelo Ministério Público Federal em virtude da ocorrência de possíveis irregularidades na Concorrência 159/2009, conduzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a qual merece ser conhecida por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93.

2. O objeto da licitação, dividido em oito lotes, é a contratação de empresas para execução dos serviços de reabilitação, manutenção, fornecimento e implantação de dispositivos de segurança do tipo defensas metálicas em rodovias federais localizadas em todas as unidades da federação.

3. A Representação versa sobre indícios de sobrepreço das defensas metálicas, um dos principais insumos para a prestação dos referidos serviços, uma vez que o valor estimado para a licitação seria superior ao preço de mercado. Além disso, traz ponderação de que seria mais vantajoso para a Administração o fracionamento do certame em duas etapas, a saber, fornecimento e montagem.

4. No tocante à possibilidade da realização de duas licitações

independentes para o fornecimento de materiais e instalação das defensas metálicas, restou demonstrado nos autos que tal opção seria, in casu, antieconômica. A uma, porque o fornecimento de materiais acarretaria custos adicionais para o DNIT como, por exemplo, os de estocagem e os de gerenciamento. A duas, porque os serviços objeto do certame em tela incluem reparos e substituição de peças de sistemas de defensas existentes, o que geraria maiores dispêndios para o DNIT.

5. Quanto aos valores das defensas metálicas adotados pelo DNIT como referência para as licitações, a Unidade Técnica aponta indícios de que a cotação do dito material no Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - Sicro estaria acima dos preços praticados pelos fornecedores. Esse sobrepeço adviria do tipo da informação prestada pelas empresas fornecedoras de defensas ao DNIT, possivelmente limitada aos preços de tabela que são superiores aos preços praticados normalmente. Esses valores "cheios" podem variar, naturalmente, em função de quantidades, condições de pagamento, tipo de cliente, entre outros. Conclui a 1ª Secex que, de modo geral, os preços cobrados das empreiteiras são inferiores aos fornecidos aos órgãos públicos.

6. Assim, os preços de referência estabelecidos pelo Sicro estariam inflados quando comparados aos custos normais das empreiteiras. Consequentemente, as contratações do DNIT, cujos orçamentos de referência são elaborados com base nesse sistema, apresentam risco potencial de serem antieconômicas, sobretudo quando praticamente não há competição no certame licitatório, o que acontece com frequência.

7. Frente a essa situação, a Unidade Técnica expõe dúvida razoável, no caso de suspensão de contratos ou de revogação de licitações, quanto à obtenção de vantagens que pudessem compensar os prejuízos gerados para os usuários das rodovias e os custos administrativos e financeiros relativos a novos procedimentos de contratação. Nesse sentido, registra que uma eventual revisão de contratos já existentes poderia tornar-se objeto de longos questionamentos jurídicos.

8. Diante da situação retratada nos autos, entende pertinente determinar ao DNIT que apure e inclua nesse sistema os preços reais de mercado para o fornecimento de defensas metálicas, "buscando maior diversidade de informações, realizando pesquisa e coleta de preços efetivamente praticados pelos fornecedores, contemplando políticas de descontos em função de condições de pagamento e de fornecimento, entre outras providências pertinentes". Propõe também que seja expedida determinação para que o DNIT não dê andamento a nenhum novo processo de contratação desses serviços e não prorrogue nem faça aditivos a contratos já existentes enquanto esses estudos não forem avaliados pelo Tribunal.

9. Por fim, ao examinar as propostas apresentadas pelas licitantes, a 1ª Secex verificou que, referentemente ao Lote 6, da Concorrência 159/2009, as planilhas "Quadro de Preços Unitários" e "Composição de Preços Unitários", referentes aos Códigos 4S 06 010 01 e 4S 06 010 02, apresentadas pelo Consórcio "5A" e pelo Consórcio "Bravias" têm o mesmo teor, indicando conluio entre os licitantes.

10. Entende a Unidade Técnica ser praticamente impossível a ocorrência da "mera coincidência" alegada pelos dois consórcios licitantes, uma vez que os valores, diferentes dos valores estimados na planilha do DNIT, são idênticos até a casa dos centavos, o mesmo acontecendo em relação aos estilos de digitação.

11. A Comissão de Licitação detectou, porém, erro no cálculo do custo unitário das defensas metálicas nas planilhas de "Composição de Preços Unitários" apresentadas pelo "Consórcio Bravias, cujos valores totais são transportados para o "Quadro de Preços Unitários", alterando o seu valor global. Nesse passo, procedeu à correção sem perceber a similitude das propostas.

12. De fato, nas referidas planilhas existe um único valor discordante entre os dois licitantes. Nas planilhas "Composição de Preços Unitários", referentes aos Códigos 4S 06 010 01 e 4S 06 010 02, apresentadas pelo Consórcio "Bravias", no item

E - Material, no campo Custo lê-se 692,95 e no campo Consumo 0,2500. A multiplicação desses dois valores resulta no preço por metro das defensas metálicas, ou seja, R\$ 173,24. Porém, o que lá constava era o valor de R\$ 168,23 - produto da multiplicação do Custo de 672,92 e do Consumo 0,2500 - proposto pelo Consórcio "5A" que, devido a essa diferença, sagrou-se vencedor do Lote 6.

13. Pelas razões expendidas, propõe declarar, a inidoneidade de todas as empresas integrantes dos dois consórcios, nos termos da legislação em vigor.

14. No que tange à atuação dos agentes do DNIT, considera a Unidade Técnica que não há nos autos elementos suficientes para demonstrar sua responsabilização sobre os fatos narrados.

15. Registro, por oportuno, que sobre os questionamentos postos nos autos foram ouvidos o DNIT e os Consórcios "5A" e "Bravias". Mais tarde, recebi em meu Gabinete memoriais encaminhados pelo "Consórcio Bravias", juntados aos autos, que nada acrescentam às manifestações anteriormente apresentadas.

16. Sintetizadas as conclusões contidas no Relatório precedente, passo ao exame da matéria em que discordo, em parte, da proposta encaminhada pela 1ª Secex.

II

17. Há muitos anos esta Corte de Contas vem se empenhando para que as entidades e órgãos públicos adotem nas licitações os preços de referência dos sistemas oficiais, como o Sinapi, mantido pela Caixa Econômica Federal, e o Sicro, mantido pelo Dnit, para estimar o custo de obras suportadas, no todo ou em parte, por recursos federais. Confirma-se esse entendimento na jurisprudência firmada pelo TCU a exemplo dos Acórdãos do Plenário nos 73, 273, 614, 941, 962, 1.504, 1.809 e 1.959, todos prolatados neste ano de 2010.

18. Há visíveis progressos nessa área com a adoção dos referenciais dos aludidos sistemas oficiais por boa parte dos integrantes da Administração Pública, sobretudo por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que em sua última edição para o exercício de 2011 (Lei 12.309/2010), determina no art. 127, caput:

"Art. 127. O custo global de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

§ 1º O disposto neste artigo não impede que a Administração Federal desenvolva sistemas de referência de preços, aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção daqueles de que trata o caput, devendo sua necessidade ser demonstrada por justificativa técnica elaborada pelo órgão mantenedor do novo sistema, o qual deve ser aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e divulgado pela internet. [...]"

19. Impende ressaltar que o TCU vem chamando a atenção, da mesma forma, para a importância de compatibilizar-se permanentemente a base de dados desses sistemas aos valores de mercado com vistas a reduzir efetivamente os custos das obras públicas e a estabelecer parâmetros confiáveis que possam nortear as aferições realizadas pelos órgãos de controle.

20. Ao longo dos anos, o Sicro vem realizando os ajustes necessários, contando, até o momento, com duas atualizações (Sicro 1 e 2). Em auditoria ainda não apreciada por este Tribunal (TC 021.288/2006-1), como bem apontou a Unidade Técnica no Relatório, foram observadas várias deficiências neste sistema que deverão ser corrigidas por ocasião do advento do Sicro 3. As inconsistências verificadas nos

preços das defensas metálicas são tratadas, entretanto, especificamente nestes autos.

21. No que se refere a essas cotações, muito embora sejam inegáveis as discrepâncias entre os valores de referência estabelecidos no Sicro e os valores de mercado do insumo em questão, de acordo com o apurado pela zelosa 1ª Secex, não há que se falar em sobrepreço no âmbito da Concorrência 159/2009, visto que foi realizada dentro dos padrões determinados pela LDO e consagrados por esta Corte de Contas.

22. Destarte, não se poderia inadvertidamente apenar os jurisdicionados com restrições à celebração de contratos de licitações já julgadas ou à assinatura de termos aditivos a contratos em execução. Além disso, deve se refletir sobre o custo social que tal que atitude poderia acarretar, uma vez que se imporia risco potencial à segurança dos usuários das rodovias brasileiras nos trechos em que devem ser, sem demora, colocadas, mantidas ou reparadas as defensas metálicas.

23. Não obstante, entendo que devem ser adotadas providências visando futuras licitações. Assim, não devem ser iniciados novos procedimentos licitatórios que resultem em contratações que envolvam o fornecimento de defensas metálicas antes que sejam efetivadas as adequações necessárias no Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - Sicro e até que o TCU se manifeste sobre a matéria. Diante das razões expendidas acolho, com os ajustes de forma pertinentes, a proposta do item II, "a", encaminhada pela Unidade Técnica, a qual consta do Relatório.

III

24. Quanto à declaração de inidoneidade das empresas que compõem os consórcios "Bravias" e "5A" alvitada pela Unidade Técnica, considero frágil a sustentar a adoção da medida a premissa da existência de duas propostas de preços aparentemente idênticas. Descabida, porém, em razão das características dos documentos descritas no item 10 deste Voto, a justificativa apresentada por esses licitantes em que atribuem o fato ocorrido à "mera coincidência".

25. Prevê a Seção III da Lei 8.666/93 - Dos Crimes e das Penas - no seu art. 90:

"Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa"

26. Examinadas as atas do procedimento licitatório e os demais documentos que compõem estes autos, não se confirma restrição ao caráter competitivo do certame nem a obtenção de vantagem por parte das licitantes no conjunto da licitação ou, especificamente, no que diz respeito ao Lote 6.

27. De acordo com o Aviso publicado no Diário Oficial da União - DOU, em 4/8/2009, foram habilitadas as oito licitantes que se apresentaram na abertura do processo licitatório. Na fase do julgamento da proposta comercial, foram desclassificadas as empresas Trigonal Engenharia Ltda., em razão de desobediência ao item 17.1.a relativamente ao Lote 1, e Sinal - Sinalização e Conserva Ltda. por não atender os requisitos dos itens 14.6 e 15.12 do edital no que concerne aos Lotes 5 e 6.

28. Amparada no item 17.4.a do edital, a Comissão de Licitação, ao verificar erro de cálculo que trazia reflexos no valor unitário das defensas metálicas e, consequentemente, no valor global da proposta apresentada pelo Consórcio "Bravias", como descrito no item 12 supra, procedeu à sua correção. Consultado pela Comissão, o licitante anuiu à alteração do valor de sua proposta. Classificaram-se, assim, em 1º lugar, o Consórcio "5A", (R\$ 10.802.735,83), em 2º lugar, o Consórcio "Bravias" (R\$ 10.982.213,35) e, em 3º lugar, o Consórcio Via Segura (R\$ 11.218.703,93).

29. Os vencedores dos demais lotes foram os seguintes: Lote 1 -

Consórcio SM, Lote 2 - Consórcio Via Segura; Lote 3 - Consórcio PJT; Lote 4 - Sirga Engenharia e Controle de Qualidade Ltda., Lote 5 - Consórcio "5A" e Lotes 7 e 8 - Consórcio "Bravias". Publicado, em 3/9/2009, o resultado da Concorrência 159/2009 no DOU, não foram apresentados recursos contra os atos da Comissão de Licitação, de acordo com as informações constantes do sítio do DNIT (www.dnit.gov.br).

30. Trazidas essas informações, não vislumbro inteligência no ato praticado pelos Consórcios "Bravias" e "5A" que possa frustrar o caráter competitivo da licitação e resultar em vantagem para cada um desses licitantes decorrente da adjudicação de seu objeto. A uma, porque necessitariam de, pelos menos, um outro certamista para lhes ceder o lote, o que não se comprova nos autos. A duas, porque a fraude grosseira, embora não percebida pela Comissão de Licitação, inevitavelmente lhes denunciaria.

31. É nesse ponto que trago à colação o art. 17 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) que define o Crime Impossível, aplicável, a meu ver, por analogia ao caso sob exame:

"Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime."

32. Em vista de não se ter consumado no resultado da Concorrência 159/2009 dano ao erário, restrição ao caráter competitivo do certame ou vantagem aos licitantes decorrente da adjudicação do objeto da licitação, considero imprópria, in casu, a declaração de inidoneidade das empresas integrantes dos Consórcios Bravias" e "5A".

33. Sublinho, entretanto, que defendo a aplicabilidade da declaração de inidoneidade de licitantes, mesmo que não se tenham consumado as hipóteses descritas no item anteriores, nos casos em que se comprove que os certamistas lançaram mão de ardis que, despercebidos, restringiriam a competitividade do certame e trariam vantagens inequívocas a eles decorrentes da adjudicação do objeto da licitação.

34. Nesse caso, no entanto, entendo que a declaração de inidoneidade de 12 empresas seria não somente injusta, como se estaria a vilipendiar esse instituto previsto no art. 46 da Lei Orgânica deste Tribunal, essencial para combater a fraude em licitações realizadas pela Administração Pública.

35. Registro, por fim, que, no âmbito da Rede de Controle, a matéria foi tratada pelo Ministério Público Federal que fez recomendações ao DNIT e que encaminhei cópia da instrução transcrita no Relatório à Polícia Federal.

IV

36. Informo, ainda, que submeti o presente processo à apreciação do Plenário, na Sessão de 8 de setembro passado, quando foi pedida vista pelo douto representante do Ministério Público, Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado, nos termos do art. 112 do Regimento Interno, encontrando-se o inteiro teor do seu parecer transcrito no Relatório precedente.

37. Por fim, cumpre-me destacar que deu entrada em meu Gabinete, no dia 22/10/2010, pedido de cópia integral destes autos, formulado pelo Sr. Diretor-Geral do DNIT, para que sirva de subsídio a resposta a ser formulada pela Autarquia para atender ao Ministério Público Federal.

Com as devidas vênias por discordar das ponderações aduzidas pelo Parquet especializado, ratifico o meu entendimento e Voto por que seja adotado o Acórdão que ora submeto à consideração deste Colegiado.

"9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. Determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT que:

9.2.1. levando em consideração as evidências de sobrepreço das defensas

metálicas nas tabelas do Sicro, apure e inclua nesse sistema os preços reais de mercado para o fornecimento dos referidos materiais, buscando maior diversidade de informações, realizando pesquisa e coleta de preços efetivamente praticados pelos fornecedores, contemplando políticas de descontos em função de condições de pagamento e de fornecimento, entre outras providências pertinentes;

9.2.2. informe ao Tribunal os procedimentos adotados e seus resultados, referentes ao item 9.2.1, no prazo de 60 dias;

9.2.3. não dê início a futuras licitações que resultem em contratações que envolvam o fornecimento de defensas metálicas antes que sejam efetivadas as adequações necessárias no Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - Sicro e até que o TCU se manifeste sobre a matéria;

9.3. determinar à 1ª Secex que monitore as determinações do item 9.2.;

9.4. alertar ao DNIT que, nos presentes autos, foi verificada a existência de duas propostas praticamente idênticas apresentadas por licitantes distintos para o Lote 6 do Edital 159/2009, ocorrência essa que não foi percebida pela Comissão de Licitação e que poderia demandar a sua desclassificação do certame, caso fossem confirmados os vícios tipificados no art. 90 da Lei 8.666/93 e em outros normativos pertinentes;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório que o fundamentam, à Procuradora da República no Distrito Federal, Dra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa;

9.6. encaminhar cópia eletrônica deste processo ao DNIT, tendo em vista solicitação formulada pelo Diretor-Geral daquela autarquia;

9.7. arquivar o processo."

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 27 de outubro de 2010.

RAIMUNDO CARREIRO

Relator

Relatório e Voto do Ministro Revisor

VOTO REVISOR

Atuo nestes autos por força do pedido de vista que formulei na Sessão Ordinária do Plenário de 27/10/2010, oportunidade em que substituí o ministro Aroldo Cedraz.

A presente representação, autuada pela 1ª Secex, foi formulada pelo Ministério Público Federal sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 159/2009 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), consubstanciada em sobrepreço do objeto, qual seja, a contratação de empresas para execução dos serviços de reabilitação, manutenção, fornecimento e implantação de dispositivos de segurança do tipo defensas metálicas em rodovias federais localizadas em todas as unidades da federação.

A unidade técnica, após a execução de medidas preliminares saneadoras, concluiu que "há indícios consistentes de que os valores [constantes] do Sicro para as defensas metálicas, adotados pelo DNIT como referência para preços de mercado e para suas licitações, estão acima dos valores praticados pelos fornecedores" e que, assim, "essa situação tem alto potencial de resultar em contratações com preços antieconômicos, especialmente em caso de pouca competição" (fl. 71).

Diante dessa constatação, propôs determinação ao DNIT para que apure e inclua no Sicro os preços reais de mercado para o fornecimento dos referidos materiais e que, enquanto esses estudos não forem avaliados pelo Tribunal, não dê andamento a nenhum novo processo de contratação desses serviços e não faça aditivos a contratos

já existentes.

Nesse ponto, o relator, ministro Raimundo Carreiro, dissentiu da unidade técnica apenas no que se refere à celebração de contratos de licitações já julgadas ou à assinatura de termos aditivos a contratos em execução, pelo que manifesto minha concordância com o eminente ministro.

Em outro ponto, a 1ª Secex, ao examinar as propostas apresentadas pelas licitantes, verificou, no que se refere ao lote 6 da Concorrência nº 159/2009, que as planilhas "quadro de preços unitários" e "composição de preços unitários" apresentadas pelo Consórcio 5A e pelo Consórcio Bravias têm o mesmo teor, indicando conluio entre os licitantes, propondo, assim, que seja declarada a inidoneidade das empresas integrantes de ambos os consórcios.

O MP/TCU, representado pelo procurador-geral, Lucas Rocha Furtado, aquiesceu com a proposta da unidade técnica e observou que, além da igualdade de preços das propostas, há também erros de grafia que se replicam nas planilhas de ambos os consórcios, o que não pode ser atribuído a uma mera coincidência. Frisa, ainda, que "a questão é de suma relevância porquanto oferece ao Tribunal uma das poucas oportunidades de identificar e punir exemplarmente a prática de fraude por licitantes" (fl. 109).

O eminente relator, tendo em vista a participação de oito licitantes no certame e que não foram apresentados recursos contra os atos da comissão de licitação que homologaram o resultado da concorrência, não vislumbra "inteligência no ato praticado pelos Consórcios 'Bravias' e '5A' que possa frustrar o caráter competitivo da licitação e resultar em vantagem para cada um desses licitantes decorrente da adjudicação de seu objeto. A uma, porque necessitariam de, pelos menos, um outro certamista para lhes ceder o lote, o que não se comprova nos autos. A duas, porque a fraude grosseira, embora não percebida pela Comissão de Licitação, inevitavelmente lhes denunciaria".

Assim, mesmo considerando descabida a justificativa de "mera coincidência" apresentada por esses licitantes, considera imprópria a declaração de inidoneidade das empresas integrantes dos consórcios Bravias e 5A, em vista de não se ter consumado, no resultado da concorrência, dano ao erário, restrição ao caráter competitivo do certame ou vantagem aos licitantes decorrente da adjudicação do objeto da licitação.

Observo que não há discordância entre a unidade técnica, o MP/TCU e o relator quanto à existência da fraude. A divergência reside apenas no que tange à declaração ou não da inidoneidade dos licitantes.

Mesmo não havendo discordância quanto à ocorrência de fraude, considero relevante acrescentar que, além dos indícios revelados pela 1ª Secex e pelo MP/TCU, há outros fortes indícios de que os consórcios Bravias e 5A trabalharam combinadamente também na formulação de propostas para outros lotes.

Examinando os autos, pude constatar que há simetria incomum tanto na formatação da planilha quanto nos preços apresentados para os lotes 1 e 4 pelos consórcios Bravias e 5A.

Nas planilhas de preços unitários apresentadas por ambos os consórcios para os lotes 1 e 4, o preço unitário numérico e o respectivo valor por extenso estão em células diferentes e os valores por extenso não estão entre parênteses (fls. 563 e 613, anexo 1). Em nenhuma das outras planilhas apresentadas para os demais lotes, o Consórcio Bravias utiliza essa formatação de planilha e os valores por extenso sempre estão entre parênteses.

Considero, além disso, os preços unitários apresentados pelo Consórcio Bravias estão 0,31% menores que os do 5A em treze itens orçamentários do lote 1. Esse mesmo percentual de diferença de preço em prol do Bravias ocorre também para

os mesmos treze itens orçamentários do lote 4. Além disso, o único preço coincidente nas propostas do Bravias e do 5A para o lote 1 (limpeza e realinhamento de defensas), também é o único preço coincidente nas propostas para o lote 4.

Tal como observado pelo MP/TCU ao analisar as justificativas do Consórcio Bravias, "as hipóteses de erro de digitação e de mera coincidência alegadas pelo consórcio acima mencionado ficam (...) total e amplamente descartadas" (fl. 109).

Estamos diante de uma ocorrência de conluio que somente pode ser revelado devido a erro por imperícia dos envolvidos na sua operacionalização, conforme assinalado pelo representante do MP/TCU.

O conjunto de fortes evidências materiais constante dos autos constitui prova do conluio perpetrado para frustrar o caráter competitivo do certame, pois as empresas envolvidas não concorreram, de fato, entre si. Concorreram combinadamente contra as demais licitantes. Verifica-se, portanto, a ocorrência de fraude comprovada à licitação, sujeitando as licitantes que perpetraram a fraude à declaração de inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992.

Neste ponto, cabe destacar trecho do parecer do MP/TCU, que trata da comprovação da fraude como condição para a declaração da inidoneidade:

"Em relação à prova de ocorrência do conluio, tem-se que a redação do artigo 46 da Lei nº 8.443/1992 impõe como condição da declaração de inidoneidade, a comprovação da fraude, nos seguintes termos:

'Art. 46. Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal'. (grifei)

Diante disso, cumpre-me recordar, visto que pertinente, o entendimento a que chegou o Supremo Tribunal Federal nos autos do RE-68006/MG, ao tratar de matéria envolvendo simulação de ato de compra e venda de imóvel. De acordo com aquela Corte, nos termos contidos no voto condutor do respectivo acórdão, 'Indícios são provas se vários, convergentes e concordantes'. (grifei)

Ante os fundamentos que exponho e em consonância com o entendimento do STF acerca do que possa ser considerado para fins de prova de ato simulado, entendo plenamente atendida a condição prescrita no supra referido dispositivo legal, uma vez que, no presente caso, há vários indícios, convergentes e concordantes entre si, que não levam a outra conclusão que não seja a ocorrência de mancomunação entre os licitantes, com intuito de simular concorrência e de 'lotear' licitações, na forma ora observada.

Por fim, vale ainda ressaltar dois aspectos relacionados a toda a questão, consistentes na frustração do caráter competitivo do certame e na obtenção de vantagem por parte da licitante vencedora. Tais elementos tipificam crime contra a administração pública, de acordo com o que prescreve o artigo 90 da Lei nº 8.666/1993, e servem a reforçar a convicção em favor da adoção da medida que ora se defende, de declaração de inidoneidade das empresas ora envolvidas.

Dispõe aquele artigo, o seguinte: Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa'.

Examinando o teor do supracitado dispositivo legal, sou de opinião, salvo maior juízo, de que os fatos irregulares verificados nos autos subsumem às hipóteses legais ali previstas. A frustração ao caráter competitivo deflui do próprio conluio, que nada mais é do que mera simulação de concorrência, ao passo que a obtenção de vantagem por parte da licitante está no próprio fato de ela poder desfrutar dos lucros

advindos do contrato lastreado em licitação por ela fraudada.

Aliás, penso ainda que, não fosse pela mancomunação de interesses entre os consórcios em tela, a verdadeira concorrência poderia ter se estabelecido entre as participantes e ter como resultado ofertas de preços mais próximas da realidade do mercado e mais distantes dos preços flagrantemente irrealis do Sicro".

Assim, no que se refere à possibilidade de comprovação da fraude com base no conjunto de fortes indícios constantes destes autos, alinho-me à conclusão do MP/TCU.

Destaco que o Tribunal já decidiu pela inidoneidade de licitante fraudador, como no Acórdão nº 548/2007-Plenário, em caso em que a fraude foi constatada na fase de habilitação, antes mesmo da abertura do envelope com a proposta de preço.

Em outro caso, tratado no Acórdão nº 2549/2008-Plenário, o Tribunal declarou a inidoneidade do licitante, mesmo a licitação tendo sido anulada de ofício pela entidade, não se verificando nenhum tipo de vantagem decorrente da fraude.

Na mesma linha, o eminente ministro Walton Alencar, no voto condutor do Acórdão nº 767/2005-Plenário, que tratou de pedido de reexame contra declaração de inidoneidade de licitante, frisou que compete ao TCU "a aplicação das sanções estabelecidas em lei a quem concretamente tentou burlar procedimento licitatório mediante a utilização do documento fraudado" (grifei).

Quanto às empresas que devem ser declaradas inidôneas, entendo que devem ser punidas somente aquelas que, com base nos elementos integrantes dos autos, trabalharam pela consecução da ilegalidade, ou seja, aquelas que praticaram os atos formais que resultaram na fraude.

De acordo com os respectivos termos de constituição dos consórcios, coube às empresas líderes a representação das demais em todas as fases do procedimento licitatório (fls. 7 e 20, anexo 3).

A carta-proposta do Consórcio 5A relativa ao lote 6 foi assinada pelo Sr. Geraldo Magela Terra, sócio-diretor da empresa Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda., líder do Consórcio 5A (fl. 765, anexo 1).

No caso do Consórcio Bravias, a carta-proposta relativa ao lote 6 foi assinada pelo Sr. Moisés de Moraes (fl. 800, anexo 1), procurador habilitado conforme termo de constituição do consórcio e diretor da empresa Pró Sinalização Viária Ltda. (fl. 20, anexo 3).

Assim, com base nos poderes atribuídos nos respectivos termos de constituição dos consórcios, conclui-se que não seria possível o acordo fraudulento sem as participações das empresas líderes Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda. e Sinalizadora Rodoviária Ltda. O mesmo pode ser concluído para a empresa Pró Sinalização Viária Ltda., integrante do Bravias, cujo diretor, que também é procurador do consórcio, assinou a carta-proposta.

Quanto às demais empresas integrantes dos dois consórcios, não há nos autos elementos que permitam afirmar se participaram ou mesmo se tinham conhecimento da fraude.

Acrescento que as empresas líderes de ambos os consórcios foram devidamente notificadas para apresentarem suas justificativas (fls. 28 e 51, volume principal), o que fizeram em nome de todas as empresas integrantes dos consórcios, de acordo com os termos de constituição dos respectivos consórcios (fls. 7 e 20, anexo 3), restando plenamente atendidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Por fim, cabe ressaltar a necessidade de rescisão do contrato oriundo do procedimento viciado. No voto condutor do Acórdão nº 3002/2010 □ Plenário, o relator, ministro José Jorge, muito bem discorreu sobre os efeitos ex-nunc da declaração de inidoneidade, com a ressalva de que esses efeitos não atingem aqueles atos decorrentes do procedimento viciado pela fraude que motivou a inidoneidade:

"5. Quanto ao primeiro tópico, relativo à eficácia da declaração de inidoneidade, manifesto-me de acordo com os exames empreendidos nos autos, pois, com amparo na moderna jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF-1, concluiu-se que a declaração de inidoneidade não dá ensejo à imediata rescisão de todos os contratos firmados entre as empresas sancionadas com a administração pública federal. Isso porque a declaração de inidoneidade apenas produz efeitos ex-nunc, não autorizando que sejam desfeitos todos os atos pretéritos ao momento de sua proclamação.

6. Nesse sentido, são plenamente aplicáveis os escólios do Exmo. Ministro Teori Albino Zavascki, exarados nos autos do MS 13.964/DF, cuja ementa transcrevo a seguir:

'(...)

2. Segundo precedentes da 1ª Seção, a declaração de inidoneidade 'só produz efeito para o futuro (efeito ex nunc), sem interferir nos contratos já existentes e em andamento' (MS 13.101/DF, Min. Eliana Calmon, DJe de 09.12.2008). Afirma-se, com isso, que o efeito da sanção inibe a empresa de 'licitar ou contratar com a Administração Pública' (Lei 8666/93, art. 87), sem, no entanto, acarretar, automaticamente, a rescisão de contratos administrativos já aperfeiçoados juridicamente e em curso de execução, notadamente os celebrados perante outros órgãos administrativos não vinculados à autoridade impetrada ou integrantes de outros entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios). Todavia, a ausência do efeito rescisório automático não compromete nem restringe a faculdade que têm as entidades da Administração Pública de, no âmbito da sua esfera autônoma de atuação, promover medidas administrativas específicas para rescindir os contratos, nos casos autorizados e observadas as formalidades estabelecidas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. (grifos do original)

3. No caso, está reconhecido que o ato atacado não operou automaticamente a rescisão dos contratos em curso, firmados pela impetrante.

4. Mandado de segurança denegado, prejudicado o agravo regimental'.

7. Em acréscimo às ponderações de Sua Excelência, as quais adoto como razões de decidir, pondero que a rescisão de todos os contratos anteriormente celebrados pela empresa declarada inidônea nem sempre se mostra a solução mais vantajosa para a administração pública, pois, dependendo da natureza dos serviços pactuados, que em algumas situações não podem sofrer solução de continuidade, não seria vantajoso para a administração rescindir contratos cuja execução estivesse adequada para celebrar contratos emergenciais, no geral mais onerosos e com nível de prestação de serviços diverso, qualitativamente, daquele que seria obtido no regular procedimento licitatório.

8. Contudo, no que concerne aos contratos decorrentes de certames impugnados, nos quais se verificam condutas que autorizam a declaração de inidoneidade das empresas participantes, entendo que devem ser prontamente rescindidos". (grifei)

Diante do exposto, entendo que deve-se assinar prazo, nos termos do art. 45 da lei nº 8.443/1992, para o DNIT adotar as providências necessárias à rescisão do contrato firmado com o Consórcio 5A, referente ao lote 6 da Concorrência nº 159/2009.

Assim, em que pese a qualidade do voto do relator, peço vênias para dissentir dos fundamentos de sua proposta.

Ante o exposto, voto pela aprovação do acórdão que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 1 de dezembro de 2010.

Weder de Oliveira

Revisor

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação interposta pelo Ministério Público Federal em virtude da ocorrência de possíveis irregularidades na Concorrência 159/2009, conduzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo 1º Revisor, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, I, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. declarar, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, a inidoneidade das empresas Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 25.898.180/0001-00, líder do Consórcio 5A, Sinalizadora Rodoviária Ltda., CNPJ 87.942.454/0001-60, líder do Consórcio Bravias, e Pró Sinalização Viária Ltda., CNPJ 44.218.154/0001-20, integrante do Consórcio Bravias, para fins de participação de licitações na Administração Pública Federal pelo prazo de 2 (dois) anos;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

9.3.1. revise o preço referencial das defensas metálicas nas tabelas do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), tendo em vista as evidências de superestimativa deste insumo, conforme relatado nos presentes autos;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias à rescisão do contrato firmado com o Consórcio 5A, referente ao lote 6 da Concorrência nº 159/2009, mantendo-o pelo prazo estritamente necessário a nova contratação, por meio de licitação, para execução do objeto, que deverá levar em conta a revisão mencionada no item 9.3.1 deste acórdão;

9.3.3. apure se as condutas das empresas aqui declaradas inidôneas se repetiram em outros lotes da Concorrência nº 159/2009;

9.3.4. informe a este Tribunal as providências adotadas nos itens 9.3.1 e 9.3.2, no prazo de 60 (sessenta) dias;

9.4. determinar à 1ª Secex que monitore as determinações do item 9.3;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação:

9.5.1. à Procuradora da República no Distrito Federal, Dra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa;

9.5.2. à Controladoria Geral da União e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para registro, respectivamente, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), quanto ao item 9.2 acima;

9.6. encaminhar cópia eletrônica deste processo ao DNIT, tendo em vista solicitação formulada pelo Diretor-Geral daquela autarquia;

9.7. encerrar o processo e arquivar os autos

Quorum

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (2º Revisor), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros com voto vencido: Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.3. Ministro que não participou da votação: Aroldo Cedraz

13.4. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (1º Revisor).

13.5. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho

Publicação

Ata 19/2011 - Plenário

Sessão 25/05/2011

Dou 01/06/2011

Referências (HTML)

Documento(s):judoc/Acord/20110601/AC_1340_19_11_P.doc

» Em caso de dúvidas, críticas e sugestões, favor entrar em contato: **Jurisprudência**
» Requisição atendida em 0.625 segundo(s) .